

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 640 - Brasília, segunda-feira, 16 de fevereiro de 1998

Senado cumpriu seu dever com a nação, afirma Antonio Carlos

Ao fazer um balanço positivo da convocação, senador anuncia pauta para os primeiros dias de março e defende "entendimento com os líderes partidários no sentido de se montar um cronograma de trabalho e votações para este ano"



Nenhuma convocação extraordinária produziu tanto como esta, afirmou o senador Antonio Carlos Magalhães ao presidir a sessão de encerramento do período de convocação extraordinária do Senado, na sexta-feira. Depois de fazer um balanço do resultado de 30 sessões do Senado, nas quais foram votadas matérias de grande repercussão no país, Antonio Carlos acrescentou: "Posso dizer, com tranquilidade de consciência, que o Senado pode se apresentar hoje ao Brasil como tendo cumprido rigorosamente com os seus deveres". Ele enfatizou que a Casa cumpriu toda a pauta da convocação, com exceção de duas propostas que estão sendo aperfeiçoadas nas discussões.

Páginas 2, 3, 4 e 5

Ao presidir o encerramento do período extraordinário, Antonio Carlos Magalhães faz para os senadores, no plenário, um balanço das atividades desenvolvidas durante 30 sessões

Plenário já tem pauta para início de março

O Senado já tem uma pauta para os primeiros dias de março, anunciou o senador Antonio Carlos Magalhães no encerramento dos trabalhos da convocação extraordinária. A pauta é a seguinte:

Dia 2, segunda-feira

■ Primeiro dia de discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 1997 (reforma administrativa)

Dia 3, terça-feira

■ Requerimentos nºs 1.089, 22 e 66;
■ Segundo dia de discussão da reforma administrativa; e
■ Projeto de Lei da

Câmara nº 36, de 1996

Dia 5, quinta-feira

■ Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 1996;
■ Último dia de discussão da reforma administrativa; e
■ Requerimentos nºs 67, 79, 97 e 130

Dia 10, terça-feira

■ Projetos de Decreto Legislativo nºs 22, de 1996; 46 e 47, de 1997



Período ordinário começa hoje

O Congresso Nacional abre nesta segunda-feira os trabalhos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura. O ato de instalação será

realizado em sessão solene no plenário do Senado, às 15h, sob a presidência do senador Antonio Carlos Magalhães.

BALANÇO DA CONVOCAÇÃO



Proposta do presidente do Senado objetiva conciliar os compromissos legislativos e eleitorais dos parlamentares

ACM propõe cronograma de votações para este ano

Após encerrar os trabalhos legislativos do Senado durante a convocação extraordinária do Congresso Nacional, o senador Antonio Carlos Magalhães defendeu sexta-feira, em entrevista, um "entendimento com os líderes partidários no sentido de se montar um cronograma de trabalho e votações para este ano". O objetivo do presidente do Senado é obter uma fórmula que concilie a produção legislativa dos parlamentares com seus compromissos de cam-

panha, em um ano eleitoral.

A sessão legislativa ordinária deste ano será oficialmente aberta hoje, em sessão solene do Congresso marcada para as 15h. Na avaliação de Antonio Carlos Magalhães, deputados e senadores deverão ter um primeiro semestre de trabalho normal. Após o recesso parlamentar de julho, a sugestão do presidente do Senado é a organização de uma agenda de atividades que concentre as votações dos projetos prioritários.

Para permitir que o Legislativo possa apreciar matéria fundamental "como é a proposta orçamentária da União", o senador Antonio Carlos Magalhães pretende formalizar solicitação ao presidente da República no sentido de antecipar o envio do projeto de lei de Orçamento para 1999. Ele espera receber a proposta orçamentária em maio, a fim de permitir sua apreciação pelos parlamentares no ano legislativo de 98, apesar das eleições.

Mauro destaca papel do Senado em favor da governabilidade do país

Ao analisar o período de convocação extraordinária, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) afirmou que o trabalho realizado pelo Congresso Nacional desmente a tese de que os políticos não aprovam matérias impopulares em ano eleitoral. Como exemplo, disse que a reforma administrativa, apesar de amarga por quebrar a estabilidade do servidor público, foi vo-

tada favoravelmente por ser indispensável para a governabilidade do país. "Os interesses da nação falam mais alto que o oportunismo político", sustentou.

Para ele, com as reformas administrativa e previdenciária, o Congresso cumpriu sua responsabilidade perante a nação, mostrando também ao mundo que o Brasil está no rumo certo, consolidando a estabilidade econô-

mica, e criando condições mais seguras para a atração de investimentos externos.

Mauro Miranda também disse que os senadores têm agora uma dívida de gratidão com o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, "por ter conduzido com sabedoria, coragem e pulso firme esse momento feliz de afirmação do Senado diante da opinião pública".

Palmeira ressalta o clima de harmonia e de busca de soluções

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) considerou a produção desse período de convocação extraordinária um marco histórico na vida do Legislativo brasileiro. "Exercemos o nosso mandato na plenitude do que pode ser considerado o fastígio e o apogeu desta Casa", disse. Ele lembrou que duas emendas constitucionais e 15 projetos de lei complementares e ordinárias absorveram a atenção dos senadores nesse período.

Uma apreciação dos resultados deste período, no entanto, seria extremamente injusta se não levássemos em consideração, em primeiro lugar, o conjunto das medidas aprovadas em toda a legislatura que se encerra este ano e, muito particularmente, o desempenho das lideranças e da Comissão Diretora, a começar pelo presidente Antonio Carlos Magalhães - ressaltou.

Não opinião de Guilherme Palmeira, o clima de liberdade, harmonia e de busca de soluções "não deixa dúvidas quanto à relevância do desempenho do presidente do Senado que, acima de qualquer outra consi-

deração, foi pautado sempre pela defesa firme, serena, intransigente e até obstinada desta Casa e da instituição parlamentar". Ele lembrou que, esgotado todo esse trabalho, duas outras emendas constitucionais estão prontas para inclusão na Ordem do Dia - a que convoca plebiscito para a revisão constitucional e a que revoga o artigo 192, referente ao sistema financeiro.

O senador observou que o ritmo das complexas decisões tomadas em nenhum momento afetou a qualidade do trabalho de mudança das estruturas econômicas e sociais do país.



Palmeira: qualidade do trabalho

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
 2º Vice-Presidente: Júlia Marise
 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
 2º Secretário: Carlos Patrocínio
 3º Secretário: Flaviano Melo
 4º Secretário: Lucildo Portella
 Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho
 Joel de Holanda - Marluze Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios
 Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
 Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

Agenda da Dia

PRESIDENTE
 Senador Antonio Carlos Magalhães

15h - Preside sessão de abertura dos trabalhos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura

CONGRESSO

15h - Abertura dos trabalhos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura. Plenário do Senado Federal

BALANÇO DA CONVOCAÇÃO

Das matérias listadas pelo Executivo apenas duas não chegaram ao plenário

Senado votou quase todos os projetos da pauta

Dos 18 projetos que o presidente Fernando Henrique Cardoso colocou na lista de convocação extraordinária do Senado, 16 foram votados e aprovados pelo plenário, depois de tramitarem pelas comissões. Só duas matérias não chegaram à votação de plenário - a regulamentação dos planos de saúde e o projeto que trata do vínculo empregatício entre cooperativas de trabalho e seus associados.

No caso dos planos de saúde, as lideranças partidárias e o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, concluíram que o projeto que veio da Câmara precisa ser analisado em maior profundidade, havendo possibilidade de mudanças. A proposta está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que analisará parecer do relator, senador Sebastião Rocha (PDT-AP). Já o projeto sobre as cooperativas de trabalho foi aprovado

pela CAS, esteve na Ordem do Dia do plenário, mas retornou à comissão a requerimento dos líderes.

Além das 18 matérias listadas inicialmente pelo presidente da República, outras duas foram acrescentadas à pauta da convocação - uma pelo próprio presidente Fernando Henrique Cardoso e outra pelos presidentes do Senado e da Câmara. Os senadores votaram ainda outros três projetos de lei, enviados pela Câmara.

Durante a convocação extraordinária, o Senado manteve a discussão e a votação de matérias de sua competência privativa. Assim, a Casa votou outras 25 matérias (empréstimos estaduais, acordos internacionais e assuntos administrativos). Somando tudo, as comissões e o plenário do Senado aprovaram 48 matérias durante a convocação, quase duas por sessão.

Comissões técnicas tiveram trabalho intenso e produtivo

As sete comissões do Senado fizeram 28 reuniões durante os 29 dias úteis da convocação extraordinária do Congresso, de 6 de janeiro a 13 de fevereiro. Nessas reuniões, foram apreciadas 55 matérias, com aprovação de 48 e arquivamento de sete. As 48 aprovadas foram encaminhadas em seguida ao plenário, onde também foram votadas.

Além disso, houve uma reunião, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para que os senadores ouvissem o presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) sobre os constantes

cortes de energia no Rio de Janeiro, oportunidade em que foi anunciada multa a ser aplicada à Light.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania reuniu-se 11 vezes e coube a ela analisar a maior parte dos projetos incluídos pelo presidente da República na lista de convocação extraordinária do Congresso durante o receso parlamentar. A Comissão de Assuntos Econômicos promoveu seis reuniões, a Comissão de Educação, cinco, e as comissões de Assuntos Sociais e de Relações Exteriores fizeram três reuniões cada uma.

De direitos autorais à reforma administrativa, veja como ficou cada proposta em exame

Reforma administrativa	Emenda aprovada em 1º turno. Votação de 2º turno em 11.03.98
Regime funcional de militar	Emenda aprovada e já promulgada pelas Mesas do Senado e da Câmara
Contrato temporário de trabalho	Projeto aprovado e já sancionado pelo presidente da República
Regulamentação de rádios comunitários	Aprovado e enviado à sanção do presidente
Punição para lavagem de dinheiro	Aprovado e enviado à sanção
Lei Pelé	Aprovado e enviado à sanção
Mudança nos direitos autorais	Aprovado e enviado à sanção
Ampliação da quebra do sigilo bancário	Aprovado pelo Senado. Retornou à Câmara por causa de mudanças feitas pelos senadores
Destruição de aeronave hostil	Aprovado e enviado à sanção
Regulamentação de serviço voluntário	Aprovado e enviado à sanção
Mudanças na Lei Orgânica da Assistência Social	Aprovado e já sancionado
Transporte multimodal de cargas	Aprovado. Voltou à Câmara
Pagamento de servidores da Copertrens (PE)	Aprovado e já sancionado
Pagamento de servidores da Metrofor (CE)	Aprovado e já recebeu sanção presidencial
Criação da região metropolitana do DF	Aprovado e enviado à sanção
Regula propriedade intelectual sobre software	Aprovado. Voltou à Câmara.
Regulamentação dos planos de saúde	Em análise na Comissão de Assuntos Sociais
Vínculo empregatício entre cooperativas de trabalho e associados	Esteve na Ordem do Dia, mas voltou à CAS a pedido dos líderes partidários
Exame psicotécnico para candidato a motorista (*)	Aprovado e já sancionado
Transformação de cargos no STF (*)	Aprovado e enviado à sanção.
Transformação de cargos no Inmetro e no Inpi (*)	Aprovado e enviado à sanção
Convocação de plebiscito para revisão constitucional (**)	Emenda constitucional pronta para votação
Revogação de artigo da Constituição que trata do sistema financeiro (inclusive juros de 12% ao ano) (***)	Emenda pronta para votação
25 matérias de competência privativa do Senado (operações de crédito e acordos internacionais)	Aprovados e promulgados pelo presidente do Senado.

(*) Projetos aprovados pelos deputados e encaminhados ao Senado durante a convocação.

(**) Proposta de emenda acrescentada à pauta da convocação por atos dos presidentes do Senado e da Câmara.

(***) Projeto acrescentado à pauta pelo presidente da República.

BALANÇO DA CONVOCAÇÃO



Antonio Carlos Magalhães, entre as senadoras Emilia Fernandes (E) e Júnia Marise, preside o encerramento da convocação extraordinária, sexta-feira

ACM: não é só o Executivo que governa

Ao encerrar na manhã de sexta-feira os trabalhos da convocação extraordinária, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que, quando o Legislativo dá efetiva demonstração de eficiência e produtividade, como o fez em janeiro e fevereiro, mostra "que não é apenas o Poder Executivo que governa o país".

- Sem o Poder Legislativo, o Executivo não governa democraticamente - acrescentou, congratulando todos os partidos e parlamentares, e "sobretudo a nação brasileira, pela eficácia do seu Legislativo". Na avaliação de Antonio Carlos, "nenhuma convocação extraordinária produziu tanto quanto esta". Ele atribuiu o saldo positivo das atividades do Senado nas 30 sessões da

convocação extraordinária ao trabalho dos 81 senadores, particularmente dos líderes partidários, presidentes das comissões e parlamentares que assumiram as relatorias das diferentes matérias. "Todos demonstraram que o Senado está atento à sociedade brasileira", frisou. Antonio Carlos disse que fora do Congresso, no trabalho desenvolvido nos estados, junto à população que representam, os senadores poderão "olhar seus contemporâneos com a cabeça erguida". O presidente do Senado também informou já ter iniciado conversações com os líderes partidários para definir a pauta de trabalhos no primeiro semestre e convocou os senadores para a instalação da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, em sessão solene do Congresso Nacional hoje, a partir das 15h.



Ao final da última sessão, Antonio Carlos conversa com os senadores em plenário

BALANÇO DA CONVOCAÇÃO

Avaliação
positiva de
30 sessões

O presidente do Senado ressaltou sexta-feira, no discurso de encerramento do período de trabalho extraordinário, a importância para a sociedade brasileira das 48 matérias aprovadas no início deste ano, frisando que, da pauta da convocação, apenas duas proposições não tiveram sua tramitação encerrada: o projeto que regulamenta os planos de saúde e o que estabelece o vínculo empregatício no âmbito das cooperativas.

Entre as matérias votadas pelo plenário do Senado, Antonio Carlos destacou a que estabeleceu o regime de tratamento específico para os servidores públicos militares; a que alterou a legislação sobre direitos autorais; a emenda constitucional da reforma administrativa - que deverá ter sua votação em 2º turno no dia 11 de março; a Lei do *Software*; o projeto que ampliou o número de autoridades com poderes para suspender o sigilo bancário e o que estabelece punições para a lavagem de dinheiro; e a Lei Pelé, que estabelece novas normas para o desporto nacional.

O senador mencionou ainda a regulamentação do funcionamento das rádios comunitárias; a definição do que é serviço voluntário; o plano de carreira do Supremo Tribunal Federal; a normatização do transporte multimodal no país; a instituição do contrato temporário de trabalho; e a criação do Prêmio Cruz e Sousa.

Além dessas matérias, Antonio Carlos enfatizou que os senadores avançaram na tramitação de quatro outros projetos importantes: o que regulamenta os planos de saúde; o que prevê a realização de reforma constitucional com plebiscito; o projeto de lei complementar sobre o sistema financeiro nacional; e o que normatiza o vínculo empregatício em cooperativas.

O discurso de ACM no final dos trabalhos

"A presente sessão destina-se ao encerramento dos trabalhos da 6ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura.

Sr's. senadores e srs. senadores, o Congresso Nacional, ou seja, as duas Casas, a Câmara e o Senado, cumpriram rigorosamente com os seus deveres na convocação extraordinária.

Da parte do Senado, posso afirmar que nenhuma convocação extraordinária produziu tanto quanto esta. Já ontem (*quinta*), eu dizia que isso se devia exclusivamente ao trabalho dos 81 senadores e, em particular, dos líderes partidários - do governo e da oposição -, bem como dos presidentes de comissão, relatores de matéria, todos que, com muito espírito público, demonstraram ao país que o Senado está atento aos interesses da nação brasileira.

Por tudo isso, ontem tivemos uma sessão praticamente de encerramento de fato; e hoje (*sexta*), oficialmente, encerramos, dando uma demonstração - como talvez nunca se tenha dado - da eficiência, da necessidade imperiosa de, cada vez mais, se prestigiar o Poder Legislativo no Brasil.

É preciso que se saliente que todas as matérias, exceto duas, da convocação extraordinária foram votadas - e a isso se somam muitas outras. O registro vale a pena ser feito. Assim, votamos a PEC do regime constitucional dos militares, os projetos sobre direitos autorais, quebra do sigilo bancário, região administrativa do Distrito Federal e Entorno, propriedade intelectual de *software*; contrato temporário de trabalho, serviço voluntário, transporte multimodal, a Lei Orgânica da Assistência Social; o conhecido projeto sobre crimes de lavagem de dinheiro, rádio comunitária, normas gerais sobre despor-

to, a conhecida Lei Pelé, destruição de aeronaves para a segurança do país em caso de narcotráfico, a reforma administrativa, o Prêmio Cruz e Sousa, o plano de carreira do Supremo Tribunal Federal, a legislação de trânsito, recursos para pagamento de pessoal da Metrofor e da Copertrens, transporte metropolitano de Fortaleza e de Pernambuco, respectivamente, criação e

sitio dessas 30 sessões do Senado, praticamente todas deliberativas. Poderemos realmente, como disse ontem (*sexta*), olhar os nossos conterrâneos com a cabeça erguida. Os senhores que vão renovar os mandatos ou os que vão disputar governos de estado ou qualquer cadeira na Câmara dos Deputados podem dizer, com orgulho, que cumpriram os deveres com o povo brasi-

semente se tenha votado como nesses meses de janeiro e fevereiro. Isso nos enche de orgulho e nos estimula a discutir com a nação brasileira, toda ela, os problemas do país, para que o Legislativo, que é básico para resolvê-los, possa cada vez atuar mais firmemente em defesa do povo brasileiro.

Quero dizer que, cada vez que o Legislativo dá demonstrações como essa, reitera que não é apenas o Poder Executivo que governa o Brasil. O Poder Executivo só governa bem o Brasil quando tem a colaboração decidida, como teve agora, do Poder Legislativo. Fora daí, não governa democraticamente; e, não governando democraticamente, não cumpre, evidentemente, a vontade do povo brasileiro.

Portanto, quero dizer aos senhores que já temos uma pauta para os primeiros dias de março. Ainda há pouco, falava com os líderes partidários para organizarmos uma pauta de todo o primeiro semestre.

Posso dizer, com tranquilidade de consciência, que o Senado pode se apresentar hoje ao Brasil como tendo cumprido rigorosamente com os seus deveres, seja no ano de 97, seja na convocação extraordinária realizada agora.

Quero também convocá-los oficialmente para a instalação, às 15h, dos trabalhos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, a realizar-se neste plenário, na próxima segunda-feira, compreendendo, entretanto, que os deveres de todos os parlamentares exigem as suas presenças nos respectivos estados, para que também possam cumprir com a missão de senadores junto à representação popular que os trouxe a esta Casa.

Encerro esta sessão, convencido de que o Senado do Brasil cumprirá os seus deveres com a nação.

Muito obrigado."



"O Senado pode se apresentar ao Brasil como tendo cumprido rigorosamente com seus deveres"

extinção de cargos no Inmetro e no Inpi, além de cinco acordos internacionais e 10 operações de crédito.

Além disso, vale que se diga que começaram a ser estudados os planos de saúde, a reforma constitucional do plebiscito, o Sistema Financeiro Nacional e o vínculo empregatício - essas não foram votadas porque demandavam mais estudos, o que o Senado vem realizando com muita eficiência nas comissões.

Assim, é um saldo muito po-

leiro no Legislativo.

Daí por que fico extremamente feliz, ao encerrar esta sessão legislativa, de dizer que, ainda no próximo ano, tenho certeza, sobretudo no primeiro semestre, da eficiência dos nossos trabalhos.

Quero me congratular com todos os partidos, com os meus colegas parlamentares, mas, sobretudo, com a nação brasileira, pela eficiência do Poder Legislativo nesta convocação extraordinária. Não é demais dizer que, talvez, em nenhum

*Objetivo de encontro realizado em Goiânia, segundo o senador;
é criar meios para o setor enfrentar concorrência externa*

Otoniel: produtor de leite busca a modernização

O senador Otoniel Machado (PMDB-GO) informou que, no 1º Encontro Regional Centro-Oeste do Leite, os produtores buscaram encontrar fórmulas eficientes para modernizar a produção de leite e fazer frente às importações, que vêm trazendo "dúvidas e apreensões" ao mercado brasileiro. O evento ocorreu em Goiânia e contou com representantes de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal e Minas Gerais.

Segundo Otoniel, "indústrias sem fábrica", formadas por importadores que recebem leite em pó europeu e neozelandês empacotado, fracionando-o e reembalando-o, colocam no mercado um produto de qualidade "du-



Otoniel: dúvidas com a qualidade do leite reembalado, depois de importado

vidosa", já que o prazo de validade passa a ser contado a partir de sua reembalagem e não de sua efetiva produção. "Isso mostra a falta de compromisso dos importadores com a saúde e o bem-estar do povo brasileiro", salientou.

- Essa importação vem tra-

zando danos consideráveis aos produtores nacionais, que, além de não receberem subsídios adequados a sua produção, não conseguem colocar no mercado o seu produto com preços que respondam pelo seu custo - analisou Otoniel Machado.

Medidas do governo não impedem as importações maciças, afirma Campos

O senador Júlio Campos (PFL-MT) defendeu a importância de o governo federal atender às reivindicações da cadeia produtiva de laticínios, por entender que a medida tomada pela Secretaria de Comércio Exterior, de disciplinar a compra de leite e derivados, ainda não é suficiente para "pôr um freio nas maciças importações". No seu entender, a política cambial, que prejudica as exportações e privilegia os importadores, é responsável pela crise no setor.

Explicou o senador que as regras estabelecidas pela Secretaria de Comércio Exterior no fim do ano passado garantiram a implementação do licenciamento não automático às importações de produtos laticínicos. "Nada mais justo, afinal o Brasil não pode abrir as fronteiras a empresas cujos produtos, por um lado, podem pôr em risco a

saúde da população e, por outro, põem em xeque a 'saúde' dos laticínios nacionais", afirmou.

De acordo com Júlio Campos, as medidas propostas pelos produtores de laticínios visam corrigir a concorrência desleal entre o leite e derivados importados e os aqui produzidos, que estão sujeitos a juros extorsivos. O aumento da Tarifa Externa Comum para 23% e a redução do prazo de financiamento das importações de laticínios para no máximo 30 dias são algumas das solicitações encaminhadas ao Poder Executivo.

Também foram reivindicadas pela cadeia produtiva de laticínios a exclusividade da presença de produtos nacionais em todos os programas do governo e a criação de linhas de crédito para financiamento da estocagem de leite e seus derivados.

PERFIL

Júlio Campos

Aos 25 anos, o despertar para a vida política

Com a experiência de prefeito de Várzea Grande (MT), governador de Mato Grosso e duas vezes deputado federal, tendo atuado na Assembleia Nacional Constituinte, Júlio Campos chegou ao Senado Federal em 1991, depois de obter cerca de 70% dos votos dos eleitores mato-grossenses no pleito realizado no ano anterior.

Desde a posse, o trabalho do senador tem sido bastante dinâmico. Entre os seus projetos destacam-se o que institui o Plano de Gerenciamento do Pantanal Mato-Grossense, o que dispõe sobre a proteção, pelo Estado, de vítima ou testemunha de crime e o que tipifica a exploração do trabalho escravo, determinando a expropriação da terra em favor

da reforma agrária.

É também de autoria do senador o projeto que altera a Lei Sarney, estendendo benefícios fiscais para a área educacional, na forma de bolsas de estudo para estudantes carentes; o que facilita a transferência de imóveis para acabar com os chamados "contratos de gaveta"; e, ainda, a proposta de emenda à Constituição que acaba com o segundo turno nas eleições para governadores e prefeitos.

Atual vice-líder do PFL, Júlio Campos já presidiu a Comissão de Infra-Estrutura do Senado (91/93), foi primeiro-secretário da Casa (93/95) e seu segundo vice-presidente (95/97).

Natural de Várzea Grande, o senador atua na política partidária desde os anos 60, tendo pertencido ao PSD, à A-



Campos asfaltou dois mil quilômetros de estradas em seu governo

na e ao PDS, antes de se filiar ao PFL. Quando estudante de agronomia, Júlio Campos liderou entidades representativas de estudantes.

Prefeito de sua cidade natal, aos 25 anos de idade, Campos transformou o município no se-

gundo maior pólo econômico do estado. E como governador, de 1983 a 1986, fez um programa de trabalho revolucionário. Asfaltou 2 mil quilômetros de rodovias, sendo mil em plena floresta, e implantou mais de 5 mil quilômetros de estradas interli-

gando municípios. Construiu 130 pontes de concreto e várias de madeira, seis usinas hidrelétricas, e deu início às obras de linhas de transmissão de energia. Além dessas realizações, investiu na reorientação do ensino superior.

No Senado, Júlio Campos defende os projetos hidroviários e maior desenvolvimento econômico e social com o Mercosul. Tem ainda como bandeira a implementação de um amplo programa de agroindustrialização e participação efetiva de Mato Grosso na integração com os países da Bacia do Prata e dos portos do oceano Pacífico, ampliando o leque de comercialização dos produtos mato-grossenses com mercados internacionais.

Senador pretende saber o real destino do dinheiro transferido por empresas estatais às entidades de previdência e verificar também a legalidade e eficiência de suas administrações

Miranda quer CPI para fundos de pensão



Mauro Miranda: investimentos

Mauro pede política para o setor elétrico

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) disse que para se reorganizar o setor elétrico é preciso definir um amplo programa de investimentos nacionais e estrangeiros, adotar políticas agressivas de atração de capitais e fortalecer os poderes da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Segundo o senador, é necessário que o governo federal implante uma política de desenvolvimento do setor.

- A Aneel tem pela frente o desafio de fiscalizar as concessionárias para impedir os colapsos frequentes que vêm ocorrendo, até em função do calor e do uso de aparelhos de ar condicionado. Também deve atrair investimentos externos para a construção de hidrelétrica e termelétrica - disse.

Destacou a situação favorável em que se encontra o setor energético em seu estado e disse que, durante recente visita à Iugoslávia, o governador Maguito Vilela, acertou com o governo daquele país diversos projetos de cooperação, como o da construção da Usina de Capão Dourado, entre os municípios de Jataí e de Rio Verde. Salientou que o percentual de propriedades rurais beneficiadas pelas redes das Centrais Elétricas de Goiás (Celg) já atinge 81%.

- O jornal japonês *Japan News Letter* reconheceu, em reportagem recente, a eficiência do programa de eletrificação da Celg, equiparando a experiência goiana à de países do Primeiro Mundo - concluiu.

Apontando a ação danosa dos fundos de pensão das empresas estatais, que já foram alvo de pelo menos duas CPIs no Congresso, o senador Gilberto Miranda (PFL-AM) sugeriu a instalação de uma nova Comissão Parlamentar de Inquérito para investigá-los. No momento em que o governo alega faltarem recursos para políticas sociais, ele considerou injustificada a participação das estatais nos fundos de pensão dos seus funcionários. E pediu investigação.

- Ouso provocar novamente esta Casa a constituir nova CPI para, desta vez, com maior empenho, procurar nos meandros desses castelos de boa vida o real destino do dinheiro transferido e a legalidade e eficiência de suas administra-



Miranda: investigar meganeócios

ções - conclamou. Gilberto Miranda lamentou que as estatais apliquem em fundos de pensão dividendos que poderiam ser transferidos para os cofres públicos, e disse que fazem parte "dessa ciranda" 109 fundos, cujo patrimônio alcança R\$ 63,1 bilhões, contando-se aí investimentos

no mercado financeiro, em bolsos de valores, em imóveis e em títulos públicos.

O senador disse que "essa montanha de recursos, todavia, não está sujeita a praticamente nenhuma fiscalização, o que facilita muito as práticas irregulares na escolha dos investimentos e nos gastos operacionais".

Miranda também destacou que a total liberdade de ação dos fundos de pensão das estatais tem propiciado aos seus administradores a celebração de negócios como a compra de imóveis superfluídos e o pagamento de comissões acima das taxas de mercado. A seu ver, a nação está sustentando "os meganeócios realizados por esses fundos com o dinheiro do contribuinte".

Calheiros chama a atenção das companhias aéreas para Alagoas

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) fez um apelo aos empresários de turismo e, sobretudo, aos donos de companhias aéreas para que "olhem Alagoas com carinho, pois é nesta hora que ela precisa da solidariedade de todos", disse, referindo-se especialmente ao que lhe parece falta de interesse das empresas em estender os descontos promocionais e vôos charter a Maceió.

- Como paga, Alagoas oferece um dos mais belos litorais do mundo e a simpatia inerente a um povo corajosamente empenhado em dar a volta por cima e mudar seu destino - afirmou.

Renan Calheiros se declarou estarecido com o desinteresse em oferecer promoções para quem viaje a Alagoas já que, na sua opinião, Alagoas é um dos estados brasileiros que oferecem maior número de opções e estrutura turísticas do país. O senador afirmou ainda que se surpreende com a insensibilidade dos empresários para com o processo de soer-



Calheiros: descontos promocionais

guimento de Alagoas: - O estado que sofreu na pele uma gama quase infinta de injustiças luta hoje para fazer prevalecer a vontade de construir uma sociedade justa, com o cidadão sendo respeitado por suas virtudes e méritos.

Nesse processo, acredita Calheiros, é preciso criar novas fontes de renda para a população, e o caminho mais seguro é o turismo. Segundo o senador, Alagoas tem tudo para ser um grande centro produtor de cultura e lazer, mas faltam-lhe uma política mais agressiva na divulgação de seu potencial turístico e uma inserção

mais consequente na política de turismo nacional.

Ele citou a decisão do governo de liberar vôos charter e de reduzir as tarifas de infraestrutura aeroportuárias para vôos promocionais, com o objetivo de incrementar o turismo interno, mas observou que os benefícios oficiais ainda não chegaram a Alagoas.

Renan Calheiros informou ter obtido do presidente da Embratur, Caio Carvalho, o compromisso de ajudar na divulgação do turismo alagoano. Por sua vez, Calheiros comprometeu-se em conseguir recursos governamentais para a ampliação do aeroporto de Maceió:

- Disponho-me a lutar ainda por outras ações, como conseguir para Alagoas uma escola que habilite profissionais na área do turismo. Também vou buscar formas para a construção de um centro de convenções em Maceió, bem como a formalização de um calendário de eventos para a baixa temporada - assegurou o senador.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com o senador José Sarney (PMDB-AP) realizada em Paris pelo jornalista Roberto D'Ávila, no dia do lançamento do livro "O Dono do Mar", em 97

8h - Debate com o senador Romero Jucá (PFL-RR) e o deputado federal Moreira Franco (PMDB-RJ) sobre a reforma administrativa

9h30 - Entrevista com o senador José Sarney (PMDB-AP) realizada em Paris pelo jornalista Roberto D'Ávila, no dia do lançamento do livro "O Dono do Mar", em 97

11h - Debate especial com os senadores Artur da Távola (PSDB-RJ), Abdias Nascimento (PDT-RJ) e Benedita da Silva (PT-RJ) sobre a violência no Rio de Janeiro

12h15 - Entrevista com o senador José Sarney (PMDB-AP) realizada em Paris pelo jornalista Roberto D'Ávila, no dia do lançamento do livro "O Dono do Mar", em 97

14h - Debate com o senador Romero Jucá (PFL-RR) e o deputado federal Moreira Franco (PMDB-RJ) sobre a reforma administrativa

15h - Sessão de instalação da 4ª sessão legislativa ordinária da 50ª legislatura do Congresso Nacional (livro)

18h45 - Entrevista com o senador José Sarney (PMDB-AP) realizada em Paris pelo jornalista Roberto D'Ávila, no dia do lançamento do livro "O Dono do Mar", em 97

19h30 - Debate com o senador Romero Jucá (PFL-RR) e o deputado federal Moreira Franco (PMDB-RJ) sobre a reforma administrativa

20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta" 21h - Sessão plenária (reapresentação)

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

0h40 - "Senado em Pauta" 1h - Debate com o senador Romero Jucá (PFL-RR) e o deputado federal Moreira Franco (PMDB-RJ) sobre a reforma administrativa

2h - "Jornal da Amazônia" 2h15 - "Senado em Pauta" 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)

6h30 - Telejornal "Congresso Hoje" 6h40 - "Senado em Pauta" Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

7h40 - Música e informação 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

13h45 - Música e informação 15h - Abertura dos trabalhos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura do Congresso Nacional

15h30 - Sessão plenária Em seguida - Música e informação

19h - "A Voz do Brasil" 20h - Música e informação 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

22h45 - Música e informação 0h - Retransmissão da sessão plenária 3h - Música e informação até as 8h

*Pela proposta do senador, caberia a cada tribunal fixar o período.
Férias dos magistrados, de 60 dias, seriam mantidas*

Ronaldo propõe recesso de 30 dias para Judiciário

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) apresentou proposta de emenda à Constituição estabelecendo que cada tribunal fixará o respectivo período de recesso, que em nenhum caso será superior a 30 dias por ano. O senador disse esperar que a medida contribua para "agilizar a entrega da prestação jurisdicional no Brasil".

Na justificativa da proposta, Ronaldo Cunha Lima afirma que o Poder Judiciário tem dedicado inestimável serviço à democracia, e que seu funcionamento permanente e eficaz é essencial à segurança da cidadania.

Com efeito, essa proposta visa manter os trabalhos do Judiciário em conformidade com as demais instituições do país, garantindo assim a vigilância permanente - acres-



Ronaldo: excesso de demanda

centou.

Segundo o senador, atualmente, com a sobrecarga de trabalho dos magistrados, "é relevante que esse aspecto do período de atividade do Judiciário seja encarado de forma a ser uma das soluções para o excesso de demanda e a demora de julgamento".

Ronaldo Cunha Lima reco-

nhece que a medida proposta, assim como a emenda de sua autoria sobre efeito vinculante, ainda em tramitação, não basta se tomada isoladamente. Mas em conjunto com outras, sustentou o senador, presta "relevante serviço à boa funcionalidade institucional". Ele sugere que providências complementares sejam adotadas, como o aumento do número de juízes, a modernização do Judiciário e a melhoria salarial.

O senador lembra que eventuais mudanças nas férias dos membros da magistratura devem partir do Supremo Tribunal Federal (STF), que tem o poder de iniciativa com relação ao estatuto da magistratura. Pelas disposições legais vigentes, informa, as férias dos magistrados são de 60 dias anuais, que podem ser usados sem prejuízo do recesso.

Para Tuma, acordo na Volks demonstra amadurecimento

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que o acordo firmado no mês passado entre a Volkswagen do Brasil e seus funcionários sinalizou uma nova fase nas relações entre patrões e empregados, oferecendo uma demonstração de cidadania em que predominou a maturidade, sustentada no alto nível dos diálogos e no bom senso das partes.

O acordo - disse Tuma em pronunciamento sexta-feira - garante que os veículos mundiais da montadora serão produzidos no Brasil, nas fábricas de Anchieta e Taubaté, "fato inédito no país".

O senador destacou que, se o acordo trouxe para os empregados garantia de que não

haverá demissões em massa, para a Volkswagen assegurou o prosseguimento em sua meta de investir cerca de US\$ 3 bilhões nos próximos cinco anos, dando-lhes condições de enfrentar a concorrência com produtos tecnologicamente mais modernos.

A Volks evitou demissões e mostrou que problemas complexos podem ser resolvidos pelo diálogo. Os sindicalistas souberam conciliar, com alto grau de consciência política, o trabalho junto às bases com as intensas negociações junto aos executivos da montadora, sem abrir mão de princípios que norteiam o espírito de classe - afirmou.

Tuma lembrou que, com o programa de demissões volun-



Tuma: progresso sindicalista

tárias e a reformulação da política de remuneração e de benefícios, a Volkswagen poderá fazer reduções de custos para melhorar e aumentar a produtividade e a competitividade, adequando-se à realidade econômica do país.

Alcântara exalta show do coco, que mostra raízes da nossa cultura

Ao lembrar que a Semana de Arte Moderna completa 76 anos neste mês, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que viu com "profunda alegria" a recente apresentação de Dona Selma do Coco no Teatro Nacional de Brasília. "Creio que, não fossem aqueles sete dias que abalaram a cultura brasileira, a presença de artistas do povo em teatros sofisticados não seria possível", frisou o senador, explicando que o coco é uma manifestação artística de dança e música popular nordestina.

- Esse evento é um símbolo da vitória dos modernistas. Hoje, não só universitários de classe média levam a arte popular aos palcos de elite, como em 1960. E não se diga que isso é xenofobia de nordestino, pois, antes de se apresentar em Brasília, Dona Selma do Coco já havia passado por Berlim e Paris, mostrando a sua arte - afirmou.

De acordo com Alcântara, a Semana de Arte Moderna de 1922, com a irreverência



Lúcio Alcântara: cultura valorizada

de seus participantes, inaugurou não só a modernidade nas artes plásticas, na música e na literatura, como também promoveu o início da valorização da cultura popular. "De quebra, contribuiu enormemente para a afirmação da nacionalidade brasileira", assinalou.

- É preciso que o espírito renovador, revolucionário e criador da Semana de Arte Moderna continue a orientar-nos na entrada do novo milênio, para que o Brasil permaneça se afirmando como nação criadora e criativa diante desse mundo em transformação - concluiu o senador.

Senado inaugura programa de história para estudantes

A Coordenação de Relações Públicas dará início na segunda quinzena de março ao projeto *O Senado na História*, dirigido a estudantes de 2º grau das redes pública e privada do Distrito Federal.

O projeto prevê visitas semanais ao Senado, incluindo um tour pelas principais dependências da Casa e a apresentação da mostra permanente "O Senado Brasileiro - Do Império à República", seguidas de aula expositiva e debates conduzidos por pesquisadoras da Universidade de Brasília, sob a supervisão do consultor-geral legislativo do Senado Estevão Chaves de Rezende Martins.

Para o diretor de Relações

Públicas do Senado, Vinicius Becker, a iniciativa, que cumpre orientação da Mesa Diretora para o setor, representa um passo importante no sentido de tornar a instituição ainda mais próxima da comunidade, além de contribuir para a formação dos jovens, oferecendo aos estudantes a oportunidade de conhecer o Senado e sua trajetória.

O Senado na História conta com o apoio de diversos órgãos da Casa, como a Diretoria Geral, a Secretaria de Informação e Divulgação, as subsecretarias de Segurança Legislativa, de Comissões e de Serviços Gerais e do Instituto Legislativo Brasileiro.